

SUMÁRIO EXECUTIVO

Reeleição Corre Perigo

Os fatores capazes de colocar em xeque a reeleição da presidente Dilma Rousseff estão postos no tabuleiro pré-eleitoral. Alinhados e conjugados, poderão ser fatais para o PT. O país caminha para entrar na campanha política com sua população sentindo a inflação e expressando pessimismo econômico. Há uma Copa do Mundo a ser administrada e uma investigação em curso no Legislativo que remete diretamente a uma ação pretérita da presidente da República. O sentimento de mudança em relação ao governo atual também é alto, prejudicando, pois, a candidata do *status quo*. A oposição, nesse cenário, sorri, pois teoricamente tende a ser a maior beneficiada. Seus candidatos, contudo, não decolam nas pesquisas eleitorais, pois desconhecidos do eleitorado. Ainda não caíram no gosto popular. Mas a persistir a crise no governo, é apenas questão de tempo para Aécio e Eduardo incrementarem suas intenções de voto.

Brasileiros e o Estado

Candidatos a presidente da oposição precisam reforçar o argumento do esforço próprio, do mérito, desatrelando o sucesso pessoal dos cidadãos ao trabalho do Estado. O Brasil precisa de cidadãos que não vejam no Estado um “pai” ou o “responsável” por seu crescimento. A pesquisa Datapopular aponta justamente nessa direção, ou seja, de que o Estado, com seus serviços públicos precários, não é o responsável pelo desenvolvimento pessoal de cada um. Há espaço para esse trabalho de formação da opinião pública. É preciso um discurso que sublinhe os benefícios da livre iniciativa, da capacidade criativa de cada qual e que, em relação ao Estado, cobre serviços públicos de qualidade. Na visão de muitos brasileiros entrevistados eles melhoraram suas condições de vida “apesar do Estado”.

Aécio Neves: Mais do Mesmo

A sociedade americana aos pouco se aproxima do horizonte pós-racial. Com imensas dificuldades, afinal, lá o racismo é um traço bem mais arraigado do que no aqui. Nos Estados Unidos a imposição da identidade racial, caricaturizada pelo racismo ou pelo discurso piedoso do racismo, tem provocado reações como a da campanha “eu não sou

SUMÁRIO EXECUTIVO

uma cor". No Brasil, se depender dos dois principais partidos do país, milhões de brasileiros são e devem ser "apenas uma cor".

Redes Sociais Contra a Doutrinação nas Escolas

Dois fatos relevantes merecem destaque dada a repercussão do vídeo da professora Ana Caroline e a consequente resposta atrapalhada da deputada petista: o primeiro, as redes sociais são hoje o principal meio de divulgação daquilo que acontece nas escolas do país, principalmente dos absurdos produzidos pela doutrinação. Segundo, os defensores do atual modelo educacional têm sido forçados a defendê-lo, já que as denúncias são cada vez mais volumosas. Ao defendê-lo, expõem ainda mais a mixórdia causada pela doutrinação ideológica no ensino brasileiro.

Privatizações

A administração petista da Petrobrás, portanto, é uma vitrine. Expõe de modo definitivo a necessidade de um novo programa de privatizações. Desta vez sem os arroubos românticos e idealistas daqueles que se contrapunham às privatizações sem por os pés no chão. No chão está a gigante estatal brasileira. O custo desse prejuízo, porém, não será pago pelos sonhadores, mas pelos brasileiros de pouca memória.



Reeleição Corre Perigo

Fato

Não há mais como omitir o fato de que o governo de Dilma Rousseff atravessa uma crise em pleno ano eleitoral, há poucos meses para o início da campanha. Não é apenas a instalação da CPI restrita da Petrobrás que fomenta essa situação, mas também o pessimismo econômico de boa parte da população e o amplo sentimento de mudança do eleitorado. Dilma e o PT diante desses fatores devem se preocupar, pois a reeleição corre perigo. Um perigo que é real e está anunciado pela conjuntura.

Significado

Poderíamos elencar alguns fatores que atualmente se apresentam como potencialmente perigosos para a reeleição da presidente:

1. Aprovação do governo em queda – As pesquisas divulgadas durante este mês consolidam, na comparação com as anteriores, a queda da popularidade do governo. Datafolha aponta 36% de ótimo/bom, Ibope 34% e Vox Populi 32%. São, pois, percentuais preocupantes e que seguramente levam a disputa para o segundo turno. Há configurada uma crise de popularidade, com implicações diretas para a reeleição. Para Dilma a pior notícia será se os levantamentos de maio indicarem uma nova queda da aprovação de seu governo. As suas chances de reeleição estão diretamente relacionadas à avaliação que os eleitores fazem de sua gestão, daí a preocupação.

2. CPI da Petrobrás – Uma investigação do Legislativo em ano eleitoral é outro fator de desestabilização. Mesmo com maioria parlamentar teoricamente ampla Dilma foi incapaz de impedir a investigação. Com uma base de sustentação do governo também em crise, o episódio de Pasadena que envolve diretamente o nome da presidente da República se tornará manchete dos telejornais nas próximas semanas. Trata-se de mais uma fonte de desgaste para o governo e sua candidata, pois ambos estarão no “olho do furacão”. A Petrobrás, vale destacar, tornou-se, na Era Lula, um símbolo da pujança brasileira. Investigar sua administração às portas de uma eleição presidencial é, pois, extremamente negativo para o PT, seja qual for a conclusão da CPI.

3. Inflação – A população tem sentido a volta da inflação em seu cotidiano. Mais que isso: a expectativa sobre um aumento da inflação é alto entre os eleitores. Nesse contexto as pesquisas apontam para um pessimismo da situação econômica do país, prejudicando quem já está no poder. A inflação, nesse sentido, a persistir sua alta, e particularmente nos alimentos, acabará se tornando um argumento de não voto em Dilma e de voto nos candidatos da oposição. Uma maior sensação de erosão do poder de compra dos salários também tende a provocar a diminuição da aprovação do governo que é, em alguma medida, o que já ocorre nesses primeiros meses de 2014.

4. Copa do Mundo – A realização do Mundial precisará ser gerenciada de modo impecável, sem que erros significativos sejam debitados à presidência da República. Já há presente na opinião pública uma suspeição em relação à caracterização de Dilma como uma “gerente” e a Copa do Mundo, se mal manejada, poderá soterrar por completo esse conceito vendido por Lula e comprado pelos eleitores em 2010. A Copa, com seus protestos previstos e a imprevisibilidade de seus desdobramentos é, neste momento, fator de desestabilização da candidatura à reeleição da presidente.

5. Sentimento de mudança – Dilma também terá de lutar contra um amplo sentimento de mudança do eleitorado que pede um governo diferente do estabelecido. Há presente uma noção de que estamos diante de um governo “velho”, cujo modelo se exauriu. Candidatos da oposição, nesse sentido, se apresentarão como o “novo” e a “mudança”. Ao que tudo indica, contudo, a estratégia da presidente será a de mostrar-se como a única que pode efetivamente mudar o governo, mas preservando o legado já construído. Há relativa incoerência, afinal, ela é o símbolo do modelo de governo que a maioria deseja que mude. O cenário aqui também é desfavorável a Dilma, e se os eleitores que anseiam por uma inflexão no governo encontrarem em Aécio ou Eduardo o “candidato da mudança”, a estratégia da petista será neutralizada.

6. Fatores tão negativos poderão se desdobrar na debandada de aliados da presidente. Sabe-se que, por sua heterogeneidade, a coalizão de Dilma não é eleitoralmente fiel. A evasão de sua candidatura poderá ser intensificada, com seções partidárias estaduais se rebelando. Isto já ocorre, por exemplo, com o PMDB na Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Riscos

Os fatores capazes de colocar em xeque a reeleição da presidente Dilma Rousseff estão postos no tabuleiro pré-eleitoral. Alinhados e conjugados, poderão ser fatais para o PT. O país caminha para entrar na campanha política com sua população sentindo a inflação e expressando pessimismo econômico. Há uma Copa do Mundo a ser administrada e uma investigação em curso no Legislativo que remete diretamente a uma ação pretérita da presidente da República. O sentimento de mudança em relação ao governo atual também é alto, prejudicando, pois, a candidata do *status quo*. A oposição, nesse cenário, sorri, pois teoricamente tende a ser a maior beneficiada. Seus candidatos, contudo, não decolam nas pesquisas eleitorais, pois desconhecidos do eleitorado. Ainda não caíram no gosto popular. Mas a persistir a crise no governo, é apenas questão de tempo para Aécio e Eduardo incrementarem suas intenções de voto.

Brasileiros e o Estado

Fato

Pesquisa realizada pelo instituto de pesquisas Datapopular com 3.000 entrevistados e divulgada nessa semana ajuda a compreender a relação complexa entre o Estado e os cidadãos brasileiros. Pode-se dizer que a relação do brasileiro com o Estado é dúbia, havendo ao mesmo tempo uma consciência de que ele não é tudo em suas vidas, mas que também ele é necessário para prestar os serviços públicos. Há uma mensagem nos resultados da pesquisa que precisa ser objeto de reflexão particularmente dos candidatos a presidente dos partidos de oposição.

Significado

A pesquisa mostra que 67% dos brasileiros, quando comparam suas vidas no último ano, afirmam que ela melhorou. Há, pois, uma significativa percepção de progresso que poderia revelar também o próprio grau de desenvolvimento do país, particularmente o estado da economia interna. Até aí nenhum dado novo, uma vez que outros levantamentos já captaram esse sentimento de melhora na vida pessoal e familiar. O interessante vem a seguir, quando para esses 67% de entrevistados foi perguntado a quem creditariam essa melhoria de vida.

O próprio esforço foi escolhido por 52%, seguido por Deus e Fé com 31% e família com 13%. Sorte e a figura do patrão receberam 1% cada. O Estado, por sua vez, foi citado por apenas 2% dos entrevistados. Esse dado é dos mais interessantes, uma vez que há uma noção liberal aqui e particularmente forte. Note-se que para a maioria a vida melhorou devido ao seu próprio trabalho, esforço e empenho. Há a presença clara de valores como a responsabilidade individual e da liberdade de escolha. Uma força metafísica como Deus e a fé também são importantes, revelando a histórica religiosidade da população brasileira.

Mas, e o Estado? Há uma rejeição ao seu suposto papel de melhorar as condições de vida dos indivíduos. O fato de uma pequena franja dar-lhe os créditos pela melhora de sua vida pessoal significa que há uma dissociação entre o que “ele faz” para melhorar a vida e o que as “próprias pessoas” fazem. O que mais claramente as pessoas estão dizendo é que nada devem ao Estado. O progresso se origina das pessoas e não da ação estatal.

Ao mesmo tempo, contudo, os brasileiros “clamam por Estado” em seu cotidiano. Por exemplo, para mais de 90% dos entrevistados a saúde e a educação fundamental deveriam ser pagas pelo Estado, 84% desejam que os remédios sejam dados pelo Estado, 56% que o ensino superior seja custeado pelo Estado e 56% que o transporte coletivo deveria ser de total responsabilidade do Estado. O clamor aqui é por mais serviços públicos de qualidade devido à alta carga tributária que pagam os contribuintes. Há uma noção de eficiência aqui, que não é verificada na realidade, e que cria, assim, uma demanda por mais Estado para ver se as coisas melhoram. Saúde e educação são desaprovadas pelos entrevistados porque são ineficientes e incompatíveis com a necessidade que a sociedade apresenta.

A pesquisa também divulga que 57% dos entrevistados avaliam que o país está no caminho errado, ao passo que 36% consideram que ele está na direção certa. Há, pois, um pessimismo em relação ao país, mas que não se manifesta ao nível individual. Isso porque, conforme a pesquisa, 85% dos brasileiros acreditam que a vida vai melhorar no ano que vem. Note-se a dissociação entre a vida particular com a vida coletiva, do Estado, uma caracterizada pelo otimismo e outra pelo pessimismo. Trata-se de algo coerente com a visão segundo a qual “melhorei minha vida em função de meu próprio esforço”.

É preciso atentar para a formação de uma visão geral segundo a qual o que é bom (o

progresso da vida) se vincula diretamente ao indivíduo, a seu esforço próprio, ao passo que o que é ruim (saúde, educação, segurança) é debitado ao Estado. Ao mesmo tempo, contudo, pede-se mais Estado, um do tipo eficiente que consiga cobrir as demandas da população.

Há, sem dúvida, um discurso a ser elaborado e refinado em especial pelos candidatos a presidente da oposição. Eles poderiam explorar essa relação dúbia entre os brasileiros e o Estado de modo a “colar”, por exemplo, as questões negativas no atual governo e creditar a melhoria das condições de vida não ao trabalho do governo, mas sim ao esforço dos indivíduos. Seria, pois, um discurso marcadamente liberal, em oposição ao discurso petista de que o Estado é quem melhora a vida das pessoas.

Riscos

Candidatos a presidente da oposição precisam reforçar o argumento do esforço próprio, do mérito, desatrelando o sucesso pessoal dos cidadãos ao trabalho do Estado. O Brasil precisa de cidadãos que não vejam no Estado um “pai” ou o “responsável” por seu crescimento. A pesquisa Datapopular aponta justamente nessa direção, ou seja, de que o Estado, com seus serviços públicos precários, não é o responsável pelo desenvolvimento pessoal de cada um. Há espaço para esse trabalho de formação da opinião pública. É preciso um discurso que sublinhe os benefícios da livre iniciativa, da capacidade criativa de cada qual e que, em relação ao Estado, cobre serviços públicos de qualidade. Na visão de muitos brasileiros entrevistados eles melhoraram suas condições de vida “apesar do Estado”.

Aécio Neves: Mais do Mesmo

Fato

Em recente julgamento, a Suprema Corte americana considerou legítima a decisão dos eleitores do Michigan que, em 2006, votaram pela proibição dos critérios raciais nos processos de seleção universitários. Michigan é o oitavo estado americano a barrar políticas de afirmação racial em suas faculdades. Timidamente a sociedade americana caminha para o (tão debatido naquele país) futuro pós-racial. No Brasil, porém, o caminho adotado é o oposto. Os governos do PT forçaram e ampliaram a adoção de critérios raciais nas

universidades e em diversos outros setores sociais. Nesse ponto, o PSDB, o maior partido de oposição, não lhes ofereceu qualquer resistência. Nesta semana, o presidenciável do partido, o senador Aécio Neves, vestiu a camiseta do racismo e aderiu à imposição de identidades raciais.

Significado

No início do século XX, Brasil e Estados Unidos seguiram caminhos distintos quanto ao tratamento dado às questões raciais. A terra da liberdade escreveu um dos capítulos mais contraditórios de sua história: as leis de segregação racial adotadas principalmente nos estados do sul dos Estados Unidos influenciaram inclusive as leis do Terceiro Reich; fato bem rememorado no bom filme “O Julgamento de Nuremberg” (com Marlene Dietrich e Burt Lancaster). As chamadas Leis Jim Crow somente foram abolidas nos EUA pela Lei dos Direitos Civis, de 1964. Daquele momento em diante o país que usava a “raça” como critério de segregação passou imediatamente a utilizá-la como critério de reparação. As ações afirmativas existem nos Estados Unidos desde os anos sessenta; apontando para um futuro, um horizonte distante, em que elas não mais serão necessárias.

No início do século XX o Brasil ensaiou copiar o modelo racista – fruto de um consenso científico e antropológico da época – que imperava na Europa e nos Estados Unidos. Porém, exatamente no momento em que a ciência iniciava o movimento de ruptura com o modelo racista, as ciências humanas brasileiras, ancoradas na força das obras de Gilberto Freyre, deram ao Brasil uma identidade não-racializada. Para Freyre, o Brasil era um país de mestiços, não a pátria de “raças” polares.

Na última semana, durante a reunião da Executiva Nacional do PSDB, o senador Aécio Neves vestiu a camisa da campanha “Moreno não, sou negro”. Segundo o site do PSDB, o ato “reforçou a importância das ações afirmativas para este povo”. Participou da reunião da executiva do partido o Presidente do Tucanafro Brasil Juvenal Araújo.

Tanto a existência do Tucanafro quanto o ato do presidencial Aécio Neves não são “raios em um céu azulado”. A figura mais ilustre do PSDB, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi um dos responsáveis pela ruptura da narrativa anterior, calcada na crença no país de mestiços. Nos anos cinquenta e sessenta, Fernando Henrique e Florestan

Fernandes foram os principais intelectuais a retomar a análise da sociedade brasileira supondo a existência de “raças” polares.

Um dos livros de Florestan Fernandes sobre o tema é o retrato daquela época. Escrito no mesmo ano da Lei dos Direitos Civis nos Estados Unidos, “A integração do negro na sociedade de classes” é a antecipação da ideia de “luta de raças” que domina as políticas públicas no Brasil hoje. Também nos anos sessenta, Fernando Henrique publicou, juntamente com Octavio Ianni, o livro “Cor e Mobilidade Social em Florianópolis”. Pela ótica da “luta de raças”, FHC encontrou um país em que os “brancos”, escondendo-se no “mito da mestiçagem”, oprimiam os “negros”. O curioso é que os marxistas brasileiros, detratores do Tio Sam, foram buscar justamente nos Estados Unidos o racismo que importaram para o Brasil.

Nos termos da “luta de raças”, qualquer identidade que se afaste da bipolaridade racial, como a crença na existência de mestiços, contribui com o racismo e amplia a segregação dos “negros”. Sendo assim, o indivíduo que não adotar a sua verdadeira identidade racial (“branco” ou “negro”) estará contribuindo com a opressão do outro ou de si mesmo. A campanha “Moreno não, sou negro”, lançada pelo PSDB, bebe diretamente na fonte da “luta de raças” e não difere em nada do modelo racista proposto pelo PT.

O autoritarismo da campanha é evidente: impõe aos cidadãos a carteira de identidade racial. Por que o cidadão brasileiro não pode atribuir a si mesmo a identidade “morena” (mestiça, parda, mulata)? O que autoriza um partido a revogar o direito a livre atribuição? O segregacionismo da campanha também é evidente: a crença na “luta de raças” ao mesmo tempo em que denuncia a segregação e a discriminação segrega e discrimina. Note-se a linguagem excludente utilizada pelo próprio PSDB ao tratar da suposta importância de ações afirmativas: [o ato de Aécio ao vestir a camiseta da campanha] “reforçou a importância das ações afirmativas para este povo”. “Este povo”? Que povo? A linguagem da “luta de raças” é piedosa e, pois, discrimina e inferioriza.

Perspectivas

A sociedade americana aos poucos se aproxima do horizonte pós-racial. Com imensas dificuldades, afinal, lá o racismo é um traço bem mais arraigado do que no aqui. Nos

Estados Unidos a imposição da identidade racial, caricaturizada pelo racismo ou pelo discurso piedoso do racismo, tem provocado reações como a da campanha “eu não sou uma cor”. No Brasil, se depender dos dois principais partidos do país, milhões de brasileiros são e devem ser “apenas uma cor”.

Redes Sociais Contra a Doutrinação nas Escolas

Fato

Com a emergência das redes sociais (termo usado geralmente para simplificar todo o debate que acontece na internet) muitos analistas passaram a questionar o poder da imprensa tradicional em pautar os debates públicos. Esse poder realmente diminuiu. Hoje a imprensa é seguidamente pautada pela “rede”. Entretanto, até aqui a mudança não é significativa: antes a imprensa era pautada pelos “fatos da rua”, agora é pautada pelos “fatos da rede”. O que mudou mesmo foi o papel da imprensa. Antes as discussões desaguavam na imprensa e ela servia de catalisador do debate. Hoje a imprensa é apenas coadjuvante. O debate se inicia na “rede” e, independente da imprensa, permanece na “rede” envolvendo milhares ou milhões de pessoas. O caso da professora de Santa Catarina que denunciou a doutrinação no ensino em seu Estado, embora não tenha conquistado a imprensa, é um dos temas mais debatidos nas redes sociais.

Significado

A professora de História Ana Caroline Campagnolo, após participar de uma reunião de professores para revisão das diretrizes educativas do Estado de Santa Catarina, denunciou em vídeo no Youtube o que percebeu como um projeto meramente doutrinário. Segundo ela, na reunião, ficou claro que as diretrizes propostas transformavam o processo educacional em mera fábrica de militantes de esquerda, não deixando espaço para aquilo que é valorizado (em tese) nos documentos que regulamentam a educação no Brasil: o pluralismo.

O vídeo de denuncia da professora ganhou força nas redes sociais e após ser bastante divulgado, chegou ao gabinete do deputado Kennedy Nunes (PSD-SC), que levou o assunto para ser debatido na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O deputado manifestou sua perplexidade dado o conteúdo do vídeo. Disse estar preocupado com o teor

da denúncia e questionou a opinião de seus pares.

Até aqui a denúncia da professora, pode se dizer, produziu bons resultados. É inegável que as redes sociais (a internet de modo geral) têm contribuído significativamente para divulgar os inúmeros casos de doutrinação ideológica nas escolas. A internet popularizou esse tipo de denúncia, o que insinua a existência de um bloqueio (talvez cultural ou psicológico) que impede que relatos sobre o assédio doutrinário cheguem à opinião pública pelos caminhos corriqueiros, como jornais, rádio e TV.

A discussão sobre o vídeo da professora Ana Caroline durante a sessão da Assembleia de Santa Catarina prosseguiu com a intervenção da deputada Luciane Carminatti (PT). Mais significativa do que a própria denúncia foi mesmo a intervenção da deputada que não só ofendeu a professora de História, como produziu uma enfática defesa da doutrinação.

Já foi dito em Desafios que a doutrinação é mais do que a imposição de crenças ideológicas e políticas aos estudantes, ela também atrapalha a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho. A doutrinação não é um conteúdo ofertado aos estudantes juntamente com os outros conteúdos relevantes. A doutrinação é um conjunto de crenças que estruturam o sistema educacional. Ou seja, a prioridade do ensino é a formação “crítica” e “cidadã” dos estudantes. Em outras palavras, se for necessário, o estudante terá menos conteúdos para ter mais “questões para debater a realidade”. Leia-se: será conduzido à prática da militância política. Por conta disso, conteúdos como os de Matemática, os de Física e os de Química serão negligenciados. Por conta disso, os legítimos conteúdos de áreas como a História e a Geografia serão substituídos por panfletos políticos.

“Me causa espanto essa educadora”, disse a deputada petista, “ignorar o materialismo histórico dialético, porque hoje é o que mais se discute no mundo inteiro”. Não se pode ignorar o materialismo histórico dialético pela sua importância como conceito filosófico e como signo de um relevante movimento político, porém, o materialismo dialético está longe, muito longe de ser o “que mais se discute no mundo inteiro”. A deputada petista provavelmente desconhece os temas mais debatidos em Filosofia,

História e mesmo Física no mundo. É no Brasil e apenas no contexto da educação que o materialismo histórico dialético é debatido com tanta ênfase. Isto é, debatido como se fosse “o que mais se discute no mundo inteiro”. É justamente com essa ênfase completamente apartada do mundo que a doutrinação é propagada. Existe uma intersecção entre somente conhecer “A” e achar que “A” é a única coisa que existe e, por conseguinte, “o que mais se discute no mundo inteiro”.

“Porque na educação nós já ultrapassamos a visão positivista, autoritária, conservadora, do aluno ficar de joelho para o professor e só o professor ser o dono da verdade... O que está por trás dessa fala [da professora Ana Caroline] é voltar àquela educação onde saber popular não entra, onde não entra o saber das classes populares”, prosseguiu a deputada.

Avanços

Dois fatos relevantes merecem destaque dada a repercussão do vídeo da professora Ana Caroline e a consequente resposta atrapalhada da deputada petista: o primeiro, as redes sociais são hoje o principal meio de divulgação daquilo que acontece nas escolas do país, principalmente dos absurdos produzidos pela doutrinação. Segundo, os defensores do atual modelo educacional têm sido forçados a defendê-lo, já que as denúncias são cada vez mais volumosas. Ao defendê-lo, expõem ainda mais a mixórdia causada pela doutrinação ideológica no ensino brasileiro.

Privatizações

Fato

O PSDB nunca foi um defensor entusiasmado das privatizações. Fez o que tinha de fazer por uma imposição da realidade. Paralelo semelhante? Tony Blair. Seria loucura tratar o ex-premiê britânico como um seguidor da doutrina Thatcher. Absurdo mesmo. No entanto, ainda que seu partido tenha demonizado a “Dama de Ferro”, na prática Blair manteve as conquistas do governo conservador. A demonização, pois, era bravata. O mesmo pode ser dito do PT. O Partido dos Trabalhadores utilizou-se das privatizações em todas as oportunidades para atacar os tucanos. O PSDB, não sendo um entusiasta das privatizações, deixou o PT sozinho no debate. O PT debateu não com os tucanos, mas com

os entusiasmados defensores das privatizações que pululam no país – cidadãos geralmente sem partido.

Significado

O PSDB, portanto, privatizou por obrigação; os entusiastas da iniciativa privada apoiaram as privatizações por opção. O debate que o PT travou com estes últimos está registrado na história do Brasil. Se a memória do brasileiro fosse das boas, certamente estaria gravado no “inconsciente” da opinião pública os argumentos de uns e outros nessa questão fundamental.

Nos anos noventa, no auge do programa de privatizações, os entusiastas costumavam argumentar que o setor público não possui a *expertise* para administrar empresas. Além disso, diziam, os governos não possuem os recursos para garantir os investimentos necessários à expansão das empresas. O exemplo mais gritante: a área de telecomunicações. Antes das privatizações do sistema telefônico os telefones eram raros e caros, símbolos de status e de prestígio social. Hoje o brasileiro reclama da qualidade dos serviços. E tem razão em reclamar. Acontece, porém, que os serviços durante o monopólio estatal eram ainda piores mesmo havendo pouquíssimas linhas telefônicas instaladas.

Os petistas eram radicalmente contrários às privatizações. Diziam que o país estava entregando seu patrimônio às elites, aos grupos privados que costumam explorar a população. Para os petistas havia outra saída, um “outro mundo possível”. Diziam que a suposta falta de *expertise* dos governos não era uma condição intrínseca, mas algo circunstancial causado pela submissão dos governos conservadores e elitistas às elites do país. O dinheiro para os investimentos necessários para a qualificação das empresas públicas, argumentavam os petistas, viria do combate à corrupção.

Fechada a equação, para o PT, as estatais seriam portentos nas mãos dos homens probos e competentes. Havia também nesses argumentos boa dose de romantismo. O plano daria certo por que eram pessoas bem-intencionadas e de bons corações.

A despeito da covardia do PSDB em defender as privatizações, os resultados do programa são bastante visíveis. O Brasil ampliou sobremaneira a capilaridade das linhas

telefônicas. Difundiu a telefonia celular. Conseguiu manter o nível tecnológico do sistema telefônico próximo dos níveis alcançados em países desenvolvidos. A banda-larga brasileira, embora seja uma das mais lentas entre os principais países, chegou em 2013 em 42,6 milhões de domicílios.

Na outra ponta estão as estatais não privatizadas. Entre elas a “Petrossauro”, apelido carinhoso que a gigantesca estatal do petróleo ganhou do economista Roberto Campos.

O sonho romântico dos petistas que esperavam pelo brilhante e amoroso gestor eficiente queimou-se na gasolina ruim e cara que o brasileiro é obrigado a consumir. Nos últimos anos a “Petrossauro” ampliou sua atuação em diversos campos, especialmente o campo político. Aparelhada, desgastada, corroída e alvo de escândalos infundáveis, a estatal do petróleo perdeu valor de mercado, perdeu uma refinaria na Bolívia e comprou sucata com nome de refinaria nos Estados Unidos.

Como se não bastasse, a corrupção, que extinta financiaria a expansão das empresas, expandiu para dentro das empresas. O pouco que a Petrobrás cresceu foi à custa de um endividamento pouco ortodoxo (para não dizer outra coisa).

Enquanto a estatal espera a definição da vexatória CPI da empresa, surgem outros escândalos como que interligados em um novelo sem fim. Agora uma auditoria da empresa na sucateada refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, descobriu um saque “irregular” de 10 milhões de dólares na conta da Petrobrás. De acordo com o jornal o Globo, o saque foi efetivado em uma corretora no dia 5 de fevereiro de 2010, sem autorização por escrito. De acordo com a Folha de São Paulo, em matéria recente, “A Petrobras afirmou ontem que considera “normal” um saque de US\$ 10 milhões feito em 2010 [ano eleitoral] em uma conta da refinaria de Pasadena”.

Desafios

A administração petista da Petrobrás, portanto, é uma vitrine. Expõe de modo definitivo a necessidade de um novo programa de privatizações. Desta vez sem os arroubos românticos e idealistas daqueles que se contrapunham às privatizações sem pôr os pés no chão. No chão está a gigante estatal brasileira. O custo desse prejuízo, porém, não será pago pelos sonhadores, mas pelos brasileiros, de pouca memória.